



BENEDITO CLAUDIO PASSOS: QUANTO MAIS CEDO OS PREFEITOS AJUSTAREM OS REGIMES DAS PREFEITURAS, MENOR SERÁ O CUSTO PARA OS MUNICÍPIOS

Prefeituras enfrentam rombo de R\$ 50 bilhões

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

Um dado assustador está pronto para dar às caras aos prefeitos das capitais que vão tomar posse em janeiro próximo. Trata-se de um rombo potencial de quase R\$ 50 bilhões acumulado ao longo dos últimos anos pelos regimes próprios de Previdência dos municípios. O número — que tende a se transformar em um esqueleto ainda maior no futuro, se nada for feito rapidamente para reverter o atual quadro — foi coletado pelo Núcleo Atuarial de Previdência/ Coppe da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), depois de um aprofundado estudo sobre esses sistemas previdenciários.

Das vinte e cinco capitais pesquisadas pelo Núcleo — Rio Branco (AC) ficou de fora por operar via Regime Geral da Previdência Social — apenas três, Teresina (PI), Palmas (TO) e Belo Horizonte (MG), têm sobra de caixa suficiente para saldar todos os compromissos com seus associados no médio e longo prazos. “Da forma como estão estruturados hoje, muitos desses regimes são inviáveis no futuro”, admite o atuário Benedito Claudio Passos, coordenador executivo do Núcleo.

Passos sabe do que fala. Foi ele quem comandou o estudo sobre os regimes de Previdência das capitais, cujo objetivo principal foi definir um ranking da saúde financeira desses sistemas, medido pelo Índice de Desenvolvimento Previdenciário (IDP). Ao avaliar pontos específicos para

definir a lista, como o equilíbrio atuarial (trazer para o valor presente os compromissos futuros dos regimes) e a capacidade de cumprimento das obrigações, constatou-se que 15 capitais têm regimes totalmente desequilibrados, quase falimentares se considerados os números de 2003 (veja quadro ao lado).

Os endividados

As piores situações estão em São Paulo, Florianópolis e Recife. Juntos, os regimes de Previdência dessas três capitais acumulam rombo potencial de R\$ 32 bilhões — quase três vezes a dívida que a União assumiu com 1,8 milhão de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As melhores situações se encontram em Belo Horizonte e Teresina. Nessas capitais, mesmo se todos os servidores se aposentassem hoje, ainda haveria sobra de recursos depois de honrados todos os compromissos.

O problema maior dos regimes próprios de Previdência das capitais, segundo Passos, não está na falta de recursos. Mas na gestão dos sistemas. “Agora, não há risco de os aposentados pelas prefeituras das capitais ficarem sem receber suas aposentadorias. Entretanto, mantida pelos próximos anos a estrutura atual de gestão, o patrimônio acumulado será insuficiente para bancar os futuros benefícios”, destaca Passos.

“Os prefeitos terão de aumentar a contribuição dos servidores ou as das prefeituras. Na melhor das hipóteses, a conta poderá ser rateada entre os dois lados”, diz o atuário. Essa receita, por sinal, já deveria estar sendo seguida pelos

“**AGORA, NÃO HÁ RISCO DE OS APOSENTADOS PELAS PREFEITURAS DAS CAPITAIS FICAREM SEM RECEBER SUAS APOSENTADORIAS. MANTIDA PELOS PRÓXIMOS ANOS A ESTRUTURA ATUAL DE GESTÃO, O PATRIMÔNIO ACUMULADO SERÁ INSUFICIENTE PARA BANCAR OS FUTUROS BENEFÍCIOS**”

Benedito Claudio Passos

atuais prefeitos (alguns se reelegeram em outubro último). “Mas ninguém quis assumir o ônus de impor tal arrocho às vésperas das eleições”, destacou, lembrando que, na maioria das capitais, os servidores contribuem com 11% dos salários aos regimes próprios de Previdência.

Para reforçar a tese de que, na atual conjuntura, dinheiro não é problema, o coordenador executivo do Núcleo Atuarial de Previdência afirma que São Paulo lidera o ranking dos maiores patrimônios dos regimes próprios das capitais, com R\$ 1,571 bilhão. Mas, quando se projeta para os próximos 30 anos a situação patrimonial do sistema paulistano, surge um déficit potencial de R\$ 29,9 bilhões, valor quase quatro vezes superior à receita corrente líquida anual do município, de R\$ 7,7 bilhões em 2003. No sistema previdenciário próprio da prefeitura de Maceió (AL), o rombo potencial (R\$ 882 milhões) representa aproximadamente 3,5 vezes a receita corrente líquida do município (R\$ 270 milhões). Pelos cálculos do Núcleo Atuarial, 16 regimes previdenciários das capitais têm déficit potencial superior à arrecadação corrente líquida.

Herança maldita

Passos reconhece que os problemas enfrentados pelos regimes de Previdência das capitais vêm

de longe. “Quanto mais antigos os sistemas, mais difíceis são as soluções. Os regimes viveram um bom tempo sem nenhum tipo de lei, deixando o que se convencionou chamar de herança maldita”, diz. Em São Paulo, por exemplo, foi muito comum a prefeitura tomar dinheiro emprestado do sistema de Previdência de seus empregados e não pagar. Isso aconteceu, particularmente, durante a gestão de Paulo Maluf”, conta o atuário.

A partir de 1998, quando o governo aprovou a Lei Geral do Sistema de Previdência Pública, os regimes próprios das capitais — que funcionam por meio de autarquias, fundos, secretarias ou fundações — começaram a se reestruturar, processo que se acelerou a partir de 2000, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essa reestruturação ficou clara, sobretudo, em Belo Horizonte e Teresina, justamente as capitais que estão com os sistemas previdenciários mais ajustados do país. “Belo Horizonte mudou todos os seus planos de gestão e Teresina já fez duas alterações no regime desde 1999”, ressalta Passos.

Para o atuário, quanto mais cedo os prefeitos ajustarem os regimes de Previdência das capitais, menor será o custo. Ele conta que o Núcleo de Previdência montou um Programa de Apoio aos Municípios para incentivá-los a adotarem as melhores práticas de gestão. “Ainda é grande o desconhecimento sobre o tema. Em Maceió, por exemplo, a prefeitura descobriu que tinha 20% em ações da Companhia de Eletricidade de Alagoas (Ceal) esquecidos em um cofre. Certamente essas ações, depois de avaliadas tecnicamente, poderão integrar o patrimônio do sistema de Previdência de Maceió”, diz.

Apoio aos municípios

Passos afirma que as prefeituras que aderirem ao Programa de Apoio aos Municípios terão, em contrapartida, o diagnóstico atuarial de seus sistemas de Previdência a um custo mínimo. Ele ressalta ainda que os números atualizados do sistema permitirão ao Núcleo de Previdência da Coppe divulgar com relativa frequência os rankings atualizados dos sistemas previdenciários do país. O primeiro deles, que o *Correio* publica hoje, será divulgado oficialmente no próximo dia 8 de dezembro.

ME Manaus Energia

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

EDITAL-TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01/2004

Contratação de Suprimento de Energia Elétrica na modalidade de Produtor Independente de Energia - PIE para atendimento ao Mercado da Manaus Energia S/A

A MANAUS ENERGIA S/A, empresa controlada pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE, vem pelo presente informar que o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ, Ministro Edson Vidigal, nos autos da Suspensão de Liminar nº 096/AM, em decisão proferida no dia 09/11/2004, suspendeu os efeitos das liminares concedidas, motivo pelo qual dará continuidade ao processo de seleção deflagrado pelo Termo de Referência nº 01/2004, fixando a data limite de **13/12/2004, até as 15:00h**, para recebimento dos documentos e propostas comerciais para contratação de suprimento de energia elétrica ao Sistema Manaus, no SCN, Quadra 06, Conjunto A, Bloco C, sala 316, Edifício Venâncio 3000, Brasília - Distrito Federal.

Na oportunidade, esclarecemos que os adendos, inclusive o **Adendo Modificador nº 03**, emitido nesta data, do Termo de Referência nº 01/2004, estão novamente disponíveis nos endereços eletrônicos www.eln.gov.br e www.manausenergia.com.br.

Manaus Energia S/A